

1
2 **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PRÓ GESTÃO DA**
3 **BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (AGEVAP) COM A DIRETORIA DO COMITÊ**
4 **DA BACIA HIDROGRÁFICA DO BAIXO PARAÍBA DO SUL (COMITÊ BAIXO PARAÍBA DO SUL),**
5 **REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DOZE, NO ESCRITÓRIO DA LIGHT**
6 **NO RIO DE JANEIRO - RJ.** Aos vinte e seis dias de abril do ano de dois mil e doze, no escritório da Light, no
7 Rio de Janeiro (RJ), foi realizada a Reunião do Conselho de Administração da AGEVAP com a Diretoria do
8 Comitê Baixo Paraíba do Sul, com a **presença dos conselheiros:** Friedrich Wilhelm Herms, Sueleide Silva Prado,
9 Dirceu Miguel Brandão Falce, Paulo Teodoro de Carvalho e Juarez de Magalhães e dos **seguintes convidados:**
10 Flávio Lemos de Souza (Diretor Presidente - Comitê Baixo Paraíba do Sul), Hendrik Mansur (Coordenador de
11 Gestão – Diretoria-Executiva da AGEVAP), Roberta Machado (Analista AGEVAP), Daiane dos Santos
12 (Assistente AGEVAP), Wallace Serafim Pavão (Administrador GEAGUA/DIGAT/INEA), Teresa Barbosa,
13 (TextoArte Comunicação), Daniel Rezende (TextoArte Comunicação) e Gisela Sanches de Souza (TextoArte
14 Comunicação). **1- APRESENTAÇÃO** - A reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho de Administração
15 (CA), Sr. Friedrich Wilhelm Herms, que iniciou o encontro agradecendo a presença de todos. Em seguida falou
16 sobre o objetivo da reunião que é o de ouvir o que o Comitê tem a dizer sobre a AGEVAP como sua prestadora de
17 serviço e esclarecer suas competências de Agência e dos Comitês. Ele continuou explicando a necessidade de que
18 seja feita uma avaliação dos pontos trabalhados e o que pode ser melhorado, além de apresentar as dificuldades
19 dentro do Comitê para que seja estabelecida a atuação da Agência para melhoria desta parceria. Em seguida
20 lembrou que o contrato de gestão contempla apenas o apoio de secretaria executiva, ou seja, ajuda na elaboração de
21 orçamentos, preparação do orçamento anual, convocação, secretaria do comitê, entre outros. Disse ainda, que a
22 parte de projetos não foi englobada no contrato, mas pode ser gerado através de demanda complementar com
23 aditivos – uma decisão cabível ao Comitê. Explicou também, que duas reuniões como estas já haviam sido feitas.
24 A primeira com o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e outra com o
25 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e das Sub-bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto
26 (Comitê Piabanha) – realizada no dia de hoje no período da manhã. O Coordenador de Gestão da AGEVAP, Sr.
27 Hendrik Mansur informou não existir a necessidade de ser criado um aditivo no caso dos projetos, pois seria
28 apenas uma questão do Comitê decidir por este trabalho, uma vez que o contrato já permite essa transferência.
29 Antes de passar a palavra ao Diretor Presidente do Comitê Baixo Paraíba do Sul, foi solicitado pelo Presidente do
30 CA uma apresentação pessoal a cada uma dos participantes. Encerrado este momento fez uso da palavra o Diretor
31 Presidente do Comitê Baixo Paraíba do Sul, Sr. Flávio Lemos de Souza, que iniciou sua fala relatando suas
32 impressões da atual situação do Comitê, uma vez que tomou posse do cargo há apenas 6 (seis) meses. Ressaltou
33 também a fala do Presidente do CA sobre a definição dos papéis interinstitucionais do Comitê e da Agência,
34 caracterizando este assunto como ponto chave. No curto período que está à frente do Comitê disse que em uma
35 avaliação geral, o trabalho que vem sendo executado pode ser considerado razoável. Em seguida, citou a situação
36 do funcionário da AGEVAP que está efetivamente dentro do Comitê e que muitas vezes precisa fazer uma consulta
37 a AGEVAP para poder responder a questionamentos, dando a impressão de que ele possui uma responsabilidade
38 muito maior com a Agência do que com o próprio Comitê. O Sr. Flávio Lemos de Souza informou que atualmente
39 o escritório de Italva encontra-se em uma situação totalmente atípica, pois estariam solicitando um papel um pouco
40 diferenciando com relação a descrição do escopo de trabalho da AGEVAP, ou seja, estariam buscando mais que
41 uma ação administrativa e sim, um suporte e apoio na elaboração de projetos – fator que avalia como determinante
42 para o sucesso de sua gestão. O Diretor Presidente do Comitê Baixo Paraíba do Sul confessou que por muitas
43 vezes foi cobrado eventualmente da Agência um papel que talvez não seja dela, mas que é preciso dentro dos
44 contratos avaliar essas questões. Entre outros assuntos ele ainda destacou: a falta de conhecimento técnico para a
45 elaboração de projetos; a necessidade da elaboração do Plano de Bacia; o fortalecimento dos contatos institucionais
46 da região; e também aproveitou a oportunidade para divulgar a ideia do projeto com o Rio Muriaé, onde existe e
47 intenção de transformá-lo em um refúgio biológico. Disse ainda, que está motivado com o trabalho e a equipe, e
48 que não tem encontrado dificuldades fora do comum. Antes de encerrar sua fala ele informou que mesmo com
49 pouco recurso o Comitê já montou o seu planejamento estratégico e agora está em busca de mais visibilidade para
50 o Comitê e, uma das formas sugeridas é a criação de um livro para uso didático que será elaborado com recurso de
51 educação ambiental e que trará informações sobre os conceitos de recursos hídricos de acordo com a realidade da
52 região local, contemplando os 22 municípios da bacia. Após as explicações do Diretor Presidente do Comitê Baixo
53 Paraíba do Sul, o Sr. Friedrich Wilhelm Herms perguntou se o engenheiro de Italva já recebeu alguma demanda
54 direta de projetos e a resposta dada pelo Diretor Presidente do Comitê foi que o escritório de Italva está passando
55 por um processo confuso sobre este assunto, pois existe uma questão contratual para este papel. Ele explicou que o
56 Comitê está em fase de discussão sobre qual seria o apoio na elaboração de projetos, ou seja, qual real documento
57 seria feito por este funcionário e que tipo de assessoria deve ser dada. O Presidente do CA explicou que hoje a

58 AGEVAP está buscando criar um grupo para atender a demanda de elaboração de projetos, pois apenas um
59 funcionário não conseguiria atender esse trabalho, mas a contratação de uma empresa especializada atenderia esta
60 necessidade dos Comitês. Ele lembrou que apesar desta ideia, o contrato de gestão contempla apenas um
61 engenheiro trabalhando juntamente com o Comitê, e que a Agência teria sim este papel, mas precisaria acontecer
62 uma adaptação no contrato de gestão para que este pedido seja atendido. O Coordenador de Gestão da AGEVAP,
63 Sr. Hendrik Mansur fez uma explicação sobre a negociação do contrato de gestão do Instituto Estadual do
64 Ambiente (INEA) com os Comitês. Ele disse que na época foi delimitado que a AGEVAP atenderia a função de
65 secretaria executiva, mas em Italva a ideia foi gerada por um Coronel da Defesa Civil, que pediu ao INEA a
66 contemplação de outras demandas que não constaram no contrato, portanto, não poderiam ser atendidas, e essa
67 situação acabou gerando algumas dificuldades de relacionamento, pois as expectativas não foram atendidas. Ele
68 finalizou sua fala fazendo a seguinte sugestão: que após este um ano de contrato já é possível identificar quais
69 seriam as reais demandas no Comitê e uma reunião com o INEA poderia gerar a elaboração de um novo contrato, e
70 a partir daí o INEA poderia decidir se poderia aportar recurso na AGEVAP para atendê-las. O Presidente do CA
71 disse novamente, que esta visão de elaboração de projetos precisa ser trazida para dentro da AGEVAP e assim
72 estruturar um grupo que dará apoio a todos os Comitês neste sentido. O Sr. Hendrik Mansur explicou que o
73 escritório de Italva possui uma estrutura diferente, pois ele não foi criado para dar apoio à elaboração de projetos,
74 mas sim apoio às prefeituras que os farão e terão o suporte do Comitê para dar andamento. O Presidente do CA
75 disse que o contrato existente hoje com os Comitês é genérico e que é necessário discutir e entender seu papel, para
76 juntamente com o INEA resolver essas questões. O Diretor Presidente do Comitê Baixo Paraíba do Sul disse que
77 entende que para elaborar projetos é necessário uma equipe multidisciplinar. O Sr. Friedrich Wilhelm Herms
78 continuou dizendo que essas demandas precisam ser compartilhadas, pois a Agência pode ter este serviço e os
79 Comitês utilizarem-se dele, desde que isso seja colocado dentro de um contrato e que os Comitês contribuam para
80 manter esta equipe funcionando para a elaboração de projetos. O Conselheiro Sr. Paulo Teodoro fez uso da palavra
81 falando inicialmente sobre a AGEVAP como Agência pioneira no sistema de Recursos Hídricos e na Cobrança.
82 Em seguida, fez um breve histórico sobre o funcionamento e conflitos do uso de recursos da Gestão de Recursos
83 Hídricos e disse estar surpreso em saber que os Comitês não possuem seus planos de bacia, um instrumento capaz
84 de definir as ações que realmente precisam ser feitas. Em seguida o Conselheiro continuou sua explicação falando
85 sobre a estrutura e funcionamento da AGEVAP, a função do Conselho de Administração, da Assembléia geral e do
86 objetivo da reunião com os Comitês. O Presidente do Conselho de Administração reafirmou a fala do Conselheiro
87 Sr. Paulo Teodoro, dizendo que esse é o principal objetivo da reunião, saber as demandas dos Comitês. Disse
88 ainda, que identificou no Comitê do Baixo Paraíba do Sul a necessidade para a elaboração de projetos e termos de
89 referências. O Presidente do Comitê interrompeu a fala do Presidente do CA para explicar que na verdade eles não
90 estão demandando projetos para a AGEVAP mas, solicitando o apoio neste serviço. O Administrador
91 GEAGUA/DIGAT/INEA Sr. Wallace Serafim Pavão, informou que o INEA já dispõe de uma empresa contratada
92 para elaborar termos de referência para esgotamentos sanitários e saneamento e que uma vez identificada a
93 demanda pelo município é necessário o envio de um ofício à Presidente do INEA, para que seja analisado pela
94 empresa. Após as explicações, o Sr. Friedrich Wilhelm Herms reforçou a necessidade de haver um diálogo maior
95 entre Comitês e representantes para que sejam identificadas as dificuldades e assim que diagnosticadas, que essa
96 possa ser informada à AGEVAP, pois estando dentro a demanda no contrato de gestão, a Agência cumprirá com
97 suas obrigações utilizando sua equipe de Resende, mas que, se existirem trabalhos que não estejam no escopo do
98 contrato que eles sejam demandados e formalizados por meio de deliberações. Ele disse também que a ideia do
99 Conselho é de que a AGEVAP tenha uma função plena com os Comitês, mas para isso, seria necessário rever o
100 contrato e fazer uma nova composição de valores. O Presidente do Comitê do Baixo Paraíba do Sul destacou três
101 pontos: 1- O papel administrativo da equipe da AGEVAP. Ele disse que em seu entendimento a Agência não
102 deveria ter este papel meramente administrativo, mas ir além disso e também obter um conhecimento técnico, de
103 legislação, prioridades, editais, entre outros. Ele ressaltou que a secretaria executiva do Comitê não tem
104 disponibilidade de tempo para cumprir este papel e que se a AGEVAP tiver apenas essa função de administração
105 generalista, sem a obrigatoriedade de ter um saber específico relacionado a Comitês de Bacias, realmente o
106 contrato está defeituoso. Ele solicitou a Agência o reenvio do contrato de gestão para que possa se informar mais. 2
107 – Destacou também o apoio sobre a elaboração de projetos e exemplificou o tema citando o caso de uma prefeitura
108 ligar para saber informações sobre projetos, que seria importante que o Comitê obtenha essas informações e
109 procedimentos para ajudá-los e a importância em obter um relacionamento e contato com as prefeituras locais. 3 –
110 Por último, destacou a importância em se ter um escritório com profissionais capacitados para a elaboração de
111 projetos. Após seus apontamentos o Presidente do CA citou novamente a importância do Comitê definir para a
112 Agência suas prioridades e como elas devem ser feitas, por quem, o quê e por quanto. Sobre o contato com as
113 prefeituras ele explicou que a política e o deliberativo realmente são funções do Comitê e a Agência é o executivo.
114 Reconheceu também que a falta de apoio na transmissão dos objetivos e prioridades do Comitê realmente é papel

115 da AGEVAP e que é necessário a capacitação da Agência para atender este ponto. O Coordenador de Gestão da
116 AGEVAP explicou que a unidade descentralizada de Italva foi criada para dar apoio de secretaria executiva e que
117 neste ponto está atendendo. Disse ainda, que quando existir a necessidade de atender a prefeituras ou empresas que
118 desejam elaborar projetos ou obter outras informações, que converse com a Agência para que seja marcada uma
119 reunião. Sobre o ponto de conhecimento na área de recursos hídricos, o Coordenador informou já existir em
120 Resende uma equipe capacitada e que está à disposição para dar o apoio no que for necessário, mas que no contrato
121 não está previsto colocar uma pessoa especializada em cada Comitê. O Diretor Presidente do Comitê questionou se
122 o apoio de especialistas na área está no contrato e o Presidente do CA disse que sim e ressaltou mais uma vez que o
123 diálogo entre quem está na Unidade Descentralizada com a AGEVAP é importante. Disse ainda ao Presidente do
124 Comitê que caso ele queira este contato que o mesmo poderia ser feito diretamente por ele à Diretoria da
125 AGEVAP, ou por outros meios como telefone ou correspondência. O Conselheiro Juarez de Magalhães pediu a
126 palavra e disse que é evidente que o Presidente do Comitê do Baixo Paraíba do Sul entendeu o objetivo do
127 encontro e destes ciclos de reuniões que estão acontecendo com os demais Comitês Afluentes, e que apesar dele
128 estar há apenas seis meses no cargo é visível que possui uma atuação na área. Ele lembrou ainda, que os Comitês
129 acabaram de encerrar um ciclo de estruturação e que agora estão vivendo um novo momento e por isso, existe a
130 necessidade de ser fazer ajustes e fortalecer os laços entre Agência e Comitês. O Presidente do CA disse ao
131 Presidente do Comitê que também é importante realizar uma avaliação das pessoas que estão trabalhando com eles
132 na sede, pois caso a equipe não esteja atendendo o que for preciso é necessário que esta informação chegue a
133 AGEVAP para que as devidas providências sejam tomadas. O Sr. Friedrich Wilhelm Herms ressaltou também a
134 importância da participação do Baixo Paraíba na Assembléia da AGEVAP, uma vez que a Associação não possui
135 membros deste Comitê e seria muito importante a participação de todos, pois é nesta plenária que são tomadas e
136 decididas questões importantes como avaliação da prestação de contas, orçamento da agência, contratos de gestão,
137 entre outros. Ele informou também que hoje a plenária da AGEVAP é composta 99% (noventa e nove por cento)
138 do CEIVAP e mediante a esta constatação o Conselho de Administração está buscando criar uma mobilização para
139 que novos integrantes se associem, pois não existe custo, apenas a participação de duas a quatro reuniões por ano
140 em Resende. **2 – PROJETOS** - O Conselheiro Paulo Teodoro retomou o assunto colocado pelo Presidente do
141 Comitê no início da reunião sobre o projeto com o Rio Muriaé. Ele disse que o Comitê precisa tomar cuidado pois
142 este assunto precisa ser avaliado com cuidado pois implica uma gestão conjunta com o Governo de Minas Gerais,
143 que embora exista com certeza o interesse do Estado em participar, o rio é de domínio Federal e por isso, qualquer
144 ação ou deliberação em relação ao rio vai demandar uma política para o uso da água tanto qualitativo quanto
145 quantitativo. O Presidente do CA complementou a fala do Conselheiro dizendo que qualquer articulação dessas
146 ideias precisam ser conversadas e concertadas via AGEVAP, pois é a Agência quem tem os contatos com os
147 demais Comitês e Estados e por isso, uma decisão de um projeto de maior abrangência precisa ser discutido e
148 demandado pelo Comitê para a Diretoria da AGEVAP. O Sr. Flávio Lemos de Souza questionou as explicações
149 dizendo que se essa demanda é espontânea de um eventual membro ou instituição o procedimento em entrar em
150 contato com a sede em Resende é válida, mas este tipo de metodologia impede a provocação e estimulação dos
151 membros em buscar informações, e o que é preciso neste momento e divulgar esses dados a eles. O Sr. Friedrich
152 Wilhelm Herms disse que para passar essa comunicação é necessário que a informação esteja estruturada e
153 explicou que antes de demandar para a AGEVAP, o Comitê tem que definir as prioridades, e a articulação de quais
154 demandas podem ser levantadas para o Comitê, para depois decidir quais precisam ser feitas. A Conselheira Sra.
155 Sueleide Prado informou ao Presidente do Comitê que caso ele precise de um profissional para alguma
156 determinada função que esta solicitação seja demandada para a AGEVAP. Já o Presidente do CA continuou seu
157 discurso exemplificando a situação com sua experiência pessoal como presidente também de Comitê, dizendo que
158 em sua época utilizava-se do seguinte modelo: faziam-se as negociações, em seguida levava as ações a plenária e
159 depois pedia o orçamento a agência executora. O Presidente do Comitê disse que não era isso que ele estava
160 querendo dizer e o Coordenador de Gestão da AGEVAP fez sua explicação dizendo que o Sr. Flávio Lemos de
161 Souza está querendo mobilizar e criar demanda e, existe um equívoco nessa ação pois a demanda precisa ser
162 criada, mas precisa ser levada para dentro do âmbito do Comitê, pois não se pode criar uma demanda na sociedade
163 para depois consultar a AGEVAP. Ele continuou dizendo que uma vez criada a demanda e levada para a discussão
164 junto ao Comitê e, com a sua aprovação na plenária é que a ação pode ser encaminhada para a AGEVAP executar.
165 O Presidente do Comitê disse que está focando nas necessidades que eles têm hoje, ou seja, a equipe que atende no
166 escritório é administrativa, mas eles precisam também estar bem orientados para passar informações, pois a
167 diretoria não está o tempo todo na sede. Então, se algum membro tem alguma dúvida, quem vai estar por lá para
168 responder no caso é a equipe instalada no escritório. O Sr. Hendrik Mansur disse que para sanar dúvidas a equipe
169 de Italva está preparada para atender, mas se a informação for muito específica, que essas poderiam ser passadas
170 para a sede em Resende. Ele continuou dizendo que é necessário que fique bem claro que quando é feito um
171 estímulo na sociedade em recursos hídricos a Agência não atenderá pessoalmente a estes órgãos, pois o que estiver

172 ligada a gestão está previsto na lei e é de competência do Comitê levar essas demandas para dentro de suas
173 plenárias antes de chegar a AGEVAP, pois se não, a Agência passa a interferir na política e não apenas na gestão,
174 que é o seu papel. Novamente o Presidente do CA destacou a importância de entender o papel da AGEVAP como
175 operacional e do Deliberativo que é o comitê. O Coordenador de Gestão da AGEVAP explicou o assunto citando
176 um exemplo de que caso uma empresa procure a AGEVAP ao invés do Comitê essa ação pode ser perigosa pois se
177 a empresa estiver com alguma política que vai contra os interesses e prioridades do Comitê isso pode prejudicá-lo,
178 por isso, os assuntos da região precisam ser concentrados primeiro dentro do Comitê para depois ir para a
179 AGEVAP, e caso aconteça essa procura direta de alguma empresa à Agência, todos estão preparados para indicar o
180 contato primário com o Comitê. O Presidente do CA disse que todo este tramite é um exercício e lembrou que
181 todas as ações precisam estar de acordo com os regimentos internos dos Comitês. O Sr. Flávio Lemos de Souza fez
182 um questionamento para o conselho perguntando se caberia a AGEVAP a demanda de realização de um
183 diagnóstico de organização do Comitê do Baixo Paraíba do Sul, para que possam saber se estão atendendo as
184 políticas, bem como a base legal e assim, ajudar a estabelecer um planejamento estratégico. O Presidente do CA
185 disse que sim e o Coordenador de Gestão da AGEVAP citou o exemplo prático do Comitê Piabanha que realizou
186 uma oficina de planejamento estratégico, onde foi contratada uma empresa, que participou do encontro e ao final
187 entregou um relatório completo que será discutido por sua diretoria, tudo isso com o dinheiro da cobrança. O
188 presidente complementou dizendo que se o comitê quiser uma avaliação deste tipo, a AGEVAP pode procurar um
189 especialista para fazer este trabalho, mas, que o contrato não contempla esta ação, ou seja, isso precisaria ser
190 deliberado pelo Comitê, pois a Agência hoje está voltada exclusivamente ao papel de secretaria. O Coordenador de
191 Gestão da AGEVAP informou que a AGEVAP pode sim dar o suporte na parte de base legal e técnica. Ainda neste
192 assunto o Sr. Friedrich Wilhelm Herms complementou que as experiências e modelos, a AGEVAP pode dar
193 suporte, mas quem define como fazer sempre será o Comitê. O Presidente do Comitê disse que esperava que a
194 Agência desse um apoio mais preciso de acompanhamento, uma vez que a secretaria executiva do Comitê não tem
195 informações técnicas. O Presidente do CA disse que vai abrir para negociações e que o Comitê como contratante
196 tem todo o direito de reclamar e dizer que a Agência não está atendendo, mas que é preciso criar um diálogo entre
197 as duas partes. O Coordenador do INEA Wallace lembrou a todos que no dia 23 de maio acontecerá uma reunião
198 entre os Comitês e o INEA a fim de discutir melhor os contratos de gestão. O Presidente do CA então finalizou a
199 conversa dizendo que no site do Comitê e da AGEVAP está disponível o contrato de gestão e que seria interessante
200 o Presidente do Baixo Paraíba do Sul baixar esse documento para que na reunião do dia 23 de maio, possam levar
201 suas ideias, propostas e o que mais acharem interessante para ser discutido. Nada mais havendo a tratar, o
202 Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, tendo a presente ata sido
203 lavrada por mim, Gisela Sanches de Souza, secretária *ad hoc*. E, depois de aprovada, foi assinada pelo Presidente
204 do Conselho de Administração da AGEVAP, Sr. Friedrich Wilhelm Herms, que presidiu a reunião.

205

206 **Rio de Janeiro, 26 de abril de 2012**

207

208

209

210

211

212

213

214

Friedrich Wilhelm Herms
Presidente do Conselho de Administração